



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

MINUTA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 0031-2021

O presente documento se trata da **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para formalização de Termo de Fomento com as Organizações da Sociedade Civil que atuam na Educação Especial do Estado de Mato Grosso.

O inciso VI do artigo 30 da lei 13.019 de 31/07/2014, alterado pela Lei 13.204/2015, que regulamenta a questão da dispensa do Chamamento Público, senão vejamos:

Art. 30. A Administração Pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

(...)

VI – No caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política, (...)."

No caso em comento, considerando a exposição de motivos exarada pela Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais através da Superintendência de Diversidades Educacionais, e em conformidade com o art. 30, VI da Lei 13.019/2014 e art. 19, IV da INC/SEPLAN/ CGE nº 001/2016, **defiro** a formalização do **Termo de Fomento**, listado abaixo, sem a realização do Chamamento Público.

Protocolo	Associação da Sociedade Civil	CNPJ	Valor (R\$)
109846/2021	APAE DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	24.988.651/0001-08	R\$ 144.000,00
TOTAL			R\$ 144.000,00

Encaminhem-se os autos à Assessoria de Comunicação e Imprensa para as medidas previstas no §1º, art. 32 da Lei 13.204/2015 e §1º, art. 21 da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 01/2016.

Após, remeta-se o processo à Coordenadoria de Convênios e Prestação de Contas, para as demais providências.

Cuiabá, 22 de abril de 2021.

Alan Resende Porto
Secretário de Estado de Educação

Amauri Monge Fernandes
Secretário Adjunto Executivo
Portaria nº 614/2020/SE/SEDUC/MT



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

MINUTA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 0022-2021

O presente documento se trata da **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para formalização de Termo de Fomento com as Organizações da Sociedade Civil que atuam na Educação Especial do Estado de Mato Grosso.

O inciso VI do artigo 30 da lei 13.019 de 31/07/2014, alterado pela Lei 13.204/2015, que regulamenta a questão da dispensa do Chamamento Público, senão vejamos:

Art. 30. A Administração Pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

(...)

VI – No caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política, (...)”.

No caso em comento, considerando a exposição de motivos exarada pela Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais através da Superintendência de Diversidades Educacionais, e em conformidade com o art. 30, VI da Lei 13.019/2014 e art. 19, IV da INC/SEPLAN/ CGE nº 001/2016, **defiro** a formalização do **Termo de Fomento**, listado abaixo, sem a realização do Chamamento Público.

Protocolo	Associação da Sociedade Civil	CNPJ	Valor (R\$)
124698/2021	APAE DE GUARANTÃ DO NORTE	26.511.253/0001-13	R\$ 183.000,00
TOTAL			R\$ 183.000,00

Encaminhem-se os autos à Assessoria de Comunicação e Imprensa para as medidas previstas no §1º, art. 32 da Lei 13.204/2015 e §1º, art. 21 da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 01/2016.

Após, remeta-se o processo à Coordenadoria de Convênios e Prestação de Contas, para as demais providências.

Cuiabá, 28 de abril de 2021.

Alan Resende Porto

Secretário de Estado de Educação

Amílari Monge Fernandes
Secretário Adjunto Executivo
Portaria nº 614/2020/GS/SEDUCMT



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

78
1

MINUTA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 0023-2021

O presente documento se trata da **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para formalização de Termo de Fomento com as Organizações da Sociedade Civil que atuam na Educação Especial do Estado de Mato Grosso.

O inciso VI do artigo 30 da lei 13.019 de 31/07/2014, alterado pela Lei 13.204/2015, que regulamenta a questão da dispensa do Chamamento Público, senão vejamos:

Art. 30. A Administração Pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

(...)

VI – No caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política, (...).”

No caso em comento, considerando a exposição de motivos exarada pela Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais através da Superintendência de Diversidades Educacionais, e em conformidade com o art. 30, VI da Lei 13.019/2014 e art. 19, IV da INC/SEPLAN/ CGE nº 001/2016, **defiro** a formalização do **Termo de Fomento**, listado abaixo, sem a realização do Chamamento Público.

Protocolo	Associação da Sociedade Civil	CNPJ	Valor (R\$)
109903/2021	APAE DE MARCELÂNDIA	03.175.200/0001-73	R\$ 150.000,00
TOTAL			R\$ 150.000,00

Encaminhem-se os autos à Assessoria de Comunicação e Imprensa para as medidas previstas no §1º, art. 32 da Lei 13.204/2015 e §1º, art. 21 da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 01/2016.

Após, remeta-se o processo à Coordenadoria de Convênios e Prestação de Contas, para as demais providências.

Cuiabá, 28 de abril de 2021.

Alan Resende Porto
Secretário de Estado de Educação

Amauri Monge Fernandes
Secretário Adjunto Executivo
Portaria nº 614/2020/GS/SEDUC/MT